

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**  
**EDITAL CARTA CONVITE Nº 09/2016**  
**TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**(EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007).**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CANDELÁRIA**, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, torna público para o conhecimento dos interessados, que às 10h do dia 10 de maio de 2016, no Centro Administrativo – Divisão de Licitações, sala 08, localizado na Prefeitura Municipal de Candelária – Av. Pereira Rêgo, nº 1665, se reunirá com a finalidade de receber propostas para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE PEDRA GRÊS NA EMEF CHRISTIANO AFFONSO GRAEFF.**

Poderão participar desta licitação **exclusivamente microempresas, empresas de pequeno porte, empresário individual e cooperativas enquadradas no art. 34, da lei 11.488, de 2007, em conformidade com as Lei Complementar nº 123/06 e Lei Complementar 147/14, e Lei Municipal nº 573 de 14 de dezembro de 2010**, do ramo pertinente ao objeto ora licitado, cadastradas ou não, desde que convidadas pelo órgão licitador, que o estenderá as demais cadastradas no Município de Candelária, que manifestar sua intenção de participar no prazo de 24h antes da hora aprazada para o recebimento dos envelopes de documentos e proposta.

**1 – OBJETO**

**1.1** Constitui objeto da presente licitação a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE PEDRA GRÊS NA EMEF CHRISTIANO AFFONSO GRAEFF**, conforme abaixo especificado.

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO
01	01	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE PEDRA GRÊS, COM EXTENSÃO DE 19,00M E DE ALTURA 2,75M, NA EMEF CHRISTIANO AFFONSO GRAEFF (CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANTAS EM ANEXO. (MÃO-DE-OBRA E MATERIAL).

## **2 – DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS**

**2.1** Os documentos necessários para a habilitação e as propostas serão recebidas pela Comissão de Licitações no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital, em dois envelopes distintos, fechados e identificados, respectivamente como o nº1 e nº2, para o que sugere-se a seguinte inscrição:

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
CARTA CONVITE Nº 09/16  
ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

**MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA  
CARTA CONVITE Nº 09/16  
ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**

## **3 - DA HABILITAÇÃO**

Para a habilitação, o licitante deverá apresentar no envelope nº 1, os seguintes documentos:

### **3.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

3.1.1 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e a última alteração devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais; e no caso de sociedade por ações, acompanhada de documento de eleição de seus administradores com respectivo mandato;

3.1.2 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

### **3.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

3.2.1 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Receita Federal e Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal.

3.2.2 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

3.2.3 - Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – Lei nº 12.440/2011).

### **3.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.3.1 – Comprovante do registro ou inscrição da empresa na entidade profissional – CREA/CAU.

3.3.2 – Certidão de registro do responsável técnico da empresa proponente junto ao CREA/CAU.

3.3.3 - Prova de que a empresa possui no quadro funcional permanente profissional (is) de nível superior (arquiteto ou engenheiro). No caso desse profissional ser

empregado, a comprovação se dá mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e no caso de prestador de serviços, através de contrato de prestação de serviços.

3.3.4 - Atestado fornecido pelo órgão licitante, que a empresa vistoriou o local da obra, tendo pleno conhecimento do local do serviço e de suas condições, assinada pelo responsável técnico da empresa proponente, pela qual reconhece ser perfeitamente viável o cumprimento integral e pontual do memorial descritivo e documentos anexos deste edital, bem como serem perfeitamente exeqüíveis conforme os quantitativos e preços propostos.

3.3.4.1 - Estará à disposição das empresas interessadas, junto a Prefeitura Municipal de Candelária, sito à Av. Pereira Rego, nº 1665, em Candelária, para acompanhar a vistoria ao local da obra, em horário de expediente, a arquiteta Cássia Pohl Frohlich, CAU A58928-4 (Favor ligar para 0xx51-3743-8100, ramal 228 e agendar a visita).

3.3.5 - Atestado de capacitação técnico-profissional em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA/CAU, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de que executou, satisfatoriamente, contrato com objeto compatível em características com o ora licitado.

### **3.4 - OUTROS DOCUMENTOS:**

3.4.1 - Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, de acordo com o que dispõe o Decreto nº 4.358, de 05/09/02, conforme modelo em anexo.

3.4.2 - Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.4.3 - Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa participante, de que a empresa não foi considerada inidônea para contratar com a Administração Pública.

3.4.4 - Declaração que de atende o disposto no art. 9º da Lei 8.666/93.

3.4.5 - As cooperativas que tenham auferido no ano calendário, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 3.600,000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no artigo 34, de Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, no envelope de habilitação, declaração firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

### **OBSERVAÇÕES:**

**3.5** - A microempresa e a empresa de pequeno porte bem como a cooperativa, que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal, previstos nos item 3.2 deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em dois dias úteis, a contar da data em que for declarada como vencedora do certame.

**3.6** - O benefício de que trata o item anterior não eximirá a microempresa e a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

**3.7** - O prazo de que trata o item 3.5 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido por escrito pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**3.8** - A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 3.5, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **4 – DA PROPOSTA:**

**4.1** - O envelope nº 2 deverá conter:

4.1.1 - Proposta financeira, rubricadas em todas as páginas e assinada na última, pelo representante legal da empresa, mencionando o valor global para a execução da obra, onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI (impostos, taxas, contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc);

4.1.2 - Planilha de quantitativos e custos unitários, especificando o valor do material e da mão-de-obra separadamente;

4.1.3 - Quaisquer inserções na proposta, que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão legal no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

#### **5 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

**5.1** - Esta licitação é do tipo **menor preço** e o julgamento será realizado pela Comissão Julgadora, levando em consideração o **menor preço global**.

**5.2** - Para efeitos de classificação, sobre o preço proposto por cooperativa de trabalho, serão acrescidos 15% (quinze por cento), incidente sobre o valor bruto, correspondente ao encargo previdenciário a ser suportado pelo Município, deduzidos os valores, expressos na planilha de quantitativos e custos unitários, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos a serem utilizados no serviço.

5.2.1 - Os valores de dedução acima indicada, relativos ao fornecimento de material e aluguel de equipamentos da licitante a serem utilizados no serviço, deverão fazer parte do contrato e comprovadas, no momento da liquidação da fatura, por documento fiscal.

**5.3** - Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

## **6 - DO DESEMPATE**

**6.1** - No caso de empate entre duas ou mais propostas, a classificação dar-se-á obrigatoriamente, por sorteio público, para o qual todos os licitantes serão convocados, na forma do art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

## **7 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

**7.1** - Somente serão aceitas as propostas cujo preço unitário ofertado não seja superior ao limite de 10% acima do valor unitariamente estimado pelo Município.

**7.2** - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital.

## **8 – DOS RECURSOS**

**8.1** - Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109 e seguintes da Lei nº. 8.666/93.

## **9 – DOS PRAZOS**

**9.1** - Esgotados todos os prazos recursais, a Administração convocará o vencedor, para assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

**9.2** - O prazo de que trata o item anterior, poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

**9.3** - Se dentro do prazo, o 1º colocado não assinar o contrato, será convocada a empresa proponente que obteve a 2ª colocação, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, no mesmo momento a Administração notificará a empresa que não assinou o contrato, para que apresente as justificativas da desistência, julgando-as aceitas ou não para fins de aplicação das devidas sanções, ou então revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor do contrato e mais a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos.

**9.4** - A obra deverá ser executada no prazo de 05 (cinco) meses, a contar da assinatura deste, como possibilidade de prorrogação, se necessário.

**9.5** - A vigência do contrato será de 05(cinco) meses a contar da assinatura deste, com possibilidade de prorrogação, se necessário.

## **10 – DAS PENALIDADES**

**10.1** - Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

**10.2** - Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**10.3** - Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

## **11 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**11.1** - O pagamento será efetuado conforme cronograma físico-financeiro e laudo de vistoria, e após emissão da Nota Fiscal, a ser elaborada conforme empenho.

**11.2** - Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

**11.3** - Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

## **12- DO REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO – FINANCEIRO**

**12.1** - Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

**12.2** - No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

## **13 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** - Os gastos da presente licitação correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias e Extra-Orçamentárias: 05001 2 12 361 082 2055 449051 vinc. 2005.

## **14- DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** - Os documentos necessários para a participação deste certame devem ser apresentados em via original ou cópia autenticada.

**14.2** - Quando da abertura dos envelopes, somente poderão representar as empresas participantes, os proprietários, sócios responsáveis ou procuradores legais.

**14.3** - Em nenhuma hipótese serão aceitos quaisquer documentos ou propostas fora do prazo e local estabelecidos neste edital.

**14.4** - Não serão admitidas por qualquer outro motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos.

**14.5** - Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados ou membros da Comissão Julgadora.

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da lei 8.666/93).

**14.6** - Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativo a habilitação, não serão admitidos à licitação licitantes retardatários.

**14.7** - Constituem anexos e fazem parte deste edital:

Anexo I - Modelo declaração de acordo com o inciso V do artigo 27 da lei 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854/99.

Anexo II - Modelo declaração de idoneidade para licitar.

Anexo III – Minuta do Contrato.

Anexo IV – Memorial Descritivo, Planilha orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Planta.

**14.8** - Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de anular parcial ou totalmente a presente licitação, em caso de ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

**14.9** - Fica reservado ao Prefeito Municipal de Candelária – RS, o direito de revogar parcial ou totalmente a presente licitação, a juízo da Administração, caso seja considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

**14.10** - A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

**14.11** - A nulidade da licitação induz a nulidade do contrato, ressalvada a hipótese do art. 59, § único, da Lei nº 8.666/93.

**14.12** - Os contribuintes que se encontram em débito para com a Fazenda Municipal local não poderão dela receber créditos de qualquer natureza, nem participar de licitação pública ou administrativa para o fornecimento de materiais, obras, equipamentos e prestação de serviços aos órgãos da Administração Municipal, direta ou indireta.

**14.13** - Todas as atas, termo de homologação e resultados relativos ao processo licitatório serão publicados na imprensa oficial para fins de ciência e intimação dos atos, qual seja, o mural do Município e o *site* [www.candelaria.rs.gov.br](http://www.candelaria.rs.gov.br) de acordo com a Lei nº 842 de 10 de maio de 2013.

**14.14** - Maiores informações sobre o presente edital podem ser obtidas junto ao Setor de Licitações em dia e horário de expediente ou pelo fone (51) 3743-8106.

Candelária, 20 de abril de 2016.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

**LUCAS TADEU CALLONTI MICHELS**  
Secretário Municipal da Administração

Este Edital de Carta Convite nº 09/2016  
foi revisado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, e está de acordo com a legislação,  
ressalvado quanto ao objeto, uma vez que este exame desborda  
da análise jurídica.

**DANA BETINA CEZAR**

Procuradora Geral do Município  
OAB/RS Nº 43.926

**TANAELA ELLWANGER MULLER**

Sub-Procuradora do Município  
OAB/RS Nº 86.371

**FRANCIÉLE SCHRÖDER**

Assessora Jurídica  
OAB/RS Nº 95.508



## **ANEXO I**

### **MODELO "A": EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA**

#### **DECLARAÇÃO**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no ....., DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos. Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ) .

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## ANEXO II

### DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE PARA LICITAR

Ref.: (identificação da licitação)

Declaro, sob as penas da Lei, para fins da .....(modalidade da licitação) nº .....que a empresa .....não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da lei 8666/93, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômica-financeira.

.....  
(data)

.....  
(representante legal)

### ANEXO III

#### CONTRATO Nº ...../16 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - (MINUTA)

Contrato de Prestação de Serviços, que celebram entre si, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA** e a empresa....., para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE PEDRA GRÊS NA EMEF CHRISTIANO AFFONSO GRAEFF**, referente a Carta Convite nº 09/2016.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CANDELÁRIA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Pereira Rêgo, 1665, CNPJ Nº 87.568.911/0001-06, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, **Sr. PAULO ROBERTO BUTZGE**, doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, a ..... CNPJ Nº ..... com sede na ..... Bairro ..... em ..... neste ato representada pelo Sr. ...., RG nº ..... residente e domiciliado na ..... Bairro ..... em ..... doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato com base no Processo Licitatório na modalidade Carta – Convite nº 09/16 e Lei de Licitações nº 8.666/93, nos seguintes termos:

#### Do Objeto:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Pelo presente contrato, a Contratada se obriga a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE PEDRA GRÊS NA EMEF CHRISTIANO AFFONSO GRAEFF**, conforme abaixo especificado:

ITEM	QUANT	UN	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR
01	01	UN	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM MURO DE PEDRA GRÊS, COM EXTENSÃO DE 19,00M E DE ALTURA 2,75M, NA EMEF CHRISTIANO AFFONSO GRAEFF (CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E PLANTAS EM ANEXO. (MÃO-DE-OBRA E MATERIAL).	

Perfazendo o total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

## **DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO:**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – A CONTRATADA fará jus ao valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), onde R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), se refere ao valor do material, e, R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), ao valor da mão de obra, e que será efetuado conforme cronograma físico-financeiro e laudo de vistoria, e após emissão da Nota Fiscal, a ser elaborada conforme empenho.

**Parágrafo Primeiro:** Para o efetivo pagamento, as faturas deverão se fazer acompanhar da guia de recolhimento das contribuições para o FGTS e INSS relativa aos empregados na prestação dos serviços.

**Parágrafo Segundo:** Serão processadas as retenções previdenciárias quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

**Parágrafo Terceiro:** Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

**Parágrafo Quarto:** No caso da execução contratual ultrapassar o prazo de 12 (doze) meses, será concedido reajuste ao preço proposto, deduzido eventual antecipação concedido a título de reequilíbrio econômico-financeiro, tendo como indexador o IGP-M/FGV.

## **DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O prazo para execução da obra será de 05 (cinco) meses, a contar da assinatura do contrato, conforme previsto no cronograma físico financeiro, podendo se prorrogado se necessário.

## **DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:**

**CLÁUSULA QUARTA** - O prazo de vigência do contrato será de 05 (cinco) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, se necessário, mediante solicitação prévia, devidamente fundamentada pela Contratada e aceita pelo Contratante.

## **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**CLÁUSULA QUINTA** - O pagamento previsto na Cláusula Segunda será consignado no Orçamento vigente sob a seguinte rubrica: 05001 2 12 361 082 2055 449051 vinc. 2005

**CLÁUSULA SEXTA** – Conforme o art. 40, XIV, alínea “c”, da Lei nº 8.666.93, a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela, até a data do efetivo pagamento, se dará através da aplicação do IGP-M.

### **DO INADIMPLEMENTO E SANÇÕES:**

**CLÁUSULA SÉTIMA** - Em caso de inadimplemento parcial ou total do presente contrato pela Contratada, demonstrado pelo descumprimento do objeto, lhe será(o) aplicada(s), sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, do ressarcimento de eventuais perdas e danos, e da responsabilidade criminal, a multa no montante de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado.

**CLÁUSULA OITAVA** - O não cumprimento de qualquer uma das cláusulas estabelecidas neste contrato importará na sua rescisão, conforme estabelece os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, com a respectiva aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 8.666/93, quais sejam:

**Parágrafo Primeiro:** Multa equivalente a 5% (cinco por cento) por dia de atraso, limitado esta a 10 (dez) dias de atraso, após o qual será considerado inexecução contratual.

**Parágrafo Segundo:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, sobre o valor remanescente, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Terceiro:** Multa equivalente a 10% (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulado com a pena de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos.

**Parágrafo Quarto:** As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

**CLÁUSULA NONA** – Em caso de discrepância de qualidade e quantidade na execução da obra ou aplicação do material previstos nos anexos do objeto, em caso de vícios, defeitos ou incorreções na obra, o contratado disporá de um prazo de 3 (três) dias úteis para proceder as correções ou substituições que se fizerem necessárias, conforme dispõe o art. 69 da Lei nº 8.666/93.

### **DA GARANTIA DA OBRA:**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – A contratada deverá garantir a obra, objeto do presente contrato, por 5 (cinco) anos, conforme dispõe o art. 618 do Código Civil Brasileiro, quanto a sua solidez e segurança, vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando responsável por todos os encargos decorrentes disso.

### **DA FISCALIZAÇÃO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – A obra será fiscalizada pela Secretaria competente, através da Arquiteta CÁSSIA POHL FROHLICH, CAU-RS A58928-4, responsável pelo acompanhamento do projeto, que poderá determinar a regularização das faltas e defeitos verificados durante a execução.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A contratada fica obrigada a manter preposto, aceito pelo contratante, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato, na forma do art. 68 da Lei 8.666/93.

**DOS ANEXOS:**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** – Fazem parte integrante desse contrato, independente de reprodução, a proposta apresentada pela Contratada, bem como a Carta Convite nº 09/2016 e seus anexos.

**DO FORO:**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – Quaisquer dúvidas, que em razão do Contrato venham a surgir entre as partes contratantes, serão dirimidas pelo Foro desta Comarca de Candelária.

E, por estarem de perfeito e comum acordo, firmam o presente contrato, em duas vias de igual teor e forma perante duas testemunhas.

Candelária,..... de ..... de 2016.

**PAULO ROBERTO BUTZGE**  
Prefeito Municipal

.....  
Contratada

**TESTEMUNHAS:**

Nome:

RG:

Ass.:

Nome:

RG:

Ass.: